

31 - 05 | 2025

ANÁLISE DO CONTRIBUTO DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DE ACRÉSCIMO NAS CONTAS DOS INSTITUTOS PÚBLICOS MOÇAMBICANOS: UM ESTUDO DA ARA-SUL NO PERÍODO DE 2018 A 2022

Analysis of the Contribution of the Application of the Additional Principle in the Accounts of Mozambique Public Institutes: A Study of Ara-Sul in the Period from 2018 to 2022

Análisis de la Contribución de la aplicación del principio de acréscimo en las cuentas de las instituciones públicas de Mozambique: Un estudio de Ara-Sul en el período de 2018 A 2022

Natalia Graziano² Isabel Manjate³ Dulce Massalongo³ e Fernando Simbine⁴

Doutorada, Universidade Pedagógica de Maputo, nataliavb77@gmail.com

Mestre, Universidade Pedagógica de Maputo, isabelmanj@gmail.com

³Mestre, Universidade Pedagógica de Maputo, dmatusse@gmail.com

⁴Mestre, Universidade Pedagógica de Maputo, fsimbine415@gmail.com

Autor para correspondência: miguelbungo1108@yahoo.com

Data de recepção: 17-01-2025

Data de aceitação: 02-03-2025

Como citar este artigo: Graziano, N.; Manjate, I.; Massalongo, D. & Simbine, F. (2025). Análise do contributo da aplicação do princípio de acréscimo nas contas dos institutos públicos moçambicanos: um estudo da ara-sul no período de 2018 a 2022. *ALBA - ISFIC Research and Science Journal*, 2(7), pp. 84 – 96. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/10>.

RESUMO

Este trabalho teve como objectivo analisar o contributo do Princípio de Acréscimo nas contas dos Institutos Públicos, com foco em um estudo de caso da ARA-Sul no período de 2018 a 2022. A amostra foi constituída por sete funcionários, do total de 20 que compunham o quadro dos sectores do DAF, dos quais dois eram Gestores/directores; e

cinco Técnicos da DAF, da ARA-Sul. O tipo de pesquisa escolhido foi a pesquisa exploratória. Para a recolha de dados administrou-se o inquerito por questionario, composto por 19 questões fechadas. Para o tratamento da informação recorreu-se a base de dados em Excel. Os resultados indicaram que a aplicação do princípio de acréscimo no sistema de contabilidade da ARA-Sul, no periodo de

2018 a 2022, contribuiu para a gestão eficiente dos recursos financeiros da instituição. Entretanto, o estudo recomenda que existe a necessidade de melhorias na aplicação do Princípio de Acréscimo na contabilização das despesas na Ara-Sul, por meio de treinamento, políticas claras, supervisão, melhorias nos sistemas, monitoramento e avaliação adequada.

Palavras-chave: Princípio de Acréscimo, Institutos Públicos, Contabilidade, Despesa e Receita.

ABSTRACT

This work aimed to analyze the contribution of the Accrual Principle in the accounts of Public Institutes, focusing on a case study of ARA-Sul in the period from 2018 to 2022. The sample consisted of seven employees, out of a total of 20 who made up the framework of the DAF sectors, of which two were Managers/Directors; and five technicians from DAF, from ARA-Sul. The type of research chosen was exploratory research. For data collection, the survey was conducted using a questionnaire, consisting of 19 closed questions. To process the information, an Excel database was used. The results indicated that the application of the accrual principle in ARA-Sul's accounting system, from 2018 to 2022, contributed to the efficient management of the institution's financial resources. However, the study recommends that there is a need for improvements in the application of the Accrual Principle in accounting for expenses at Ara-Sul, through training, clear policies, supervision, system improvements, monitoring and adequate evaluation.

Keywords: Accrual Principle, Public Institutes, Accounting, Expense and Revenue.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo fue analizar la contribución del principio de devengo en las cuentas de los institutos públicos, centrándose en un estudio de caso de la ARA-Sul en el período comprendido entre 2018 y 2022. La muestra estuvo compuesta por siete empleados, del total de 20 que integraban la plantilla de los sectores de la DAF, de los cuales dos eran gerentes/directores, y cinco técnicos de la DAF, de ARA-Sul. El tipo de investigación elegido fue la investigación exploratoria. Para la recopilación de datos se administró una encuesta mediante un cuestionario compuesto por 19 preguntas cerradas. Para el tratamiento de la información se utilizó una base de datos en Excel. Los resultados indicaron que la aplicación del principio de devengo en el sistema contable de ARA-Sul, en el período de 2018 a 2022, contribuyó a la gestión eficiente de los recursos financieros de la institución. Sin embargo, el estudio recomienda que es necesario mejorar la aplicación del principio de devengo en la contabilización de los gastos de Ara-Sul, mediante formación, políticas claras, supervisión, mejoras en los sistemas, seguimiento y evaluación adecuados.

Palabras clave: Princípio de devengo, Instituciones públicas, Contabilidad, Gastos e ingresos.

1 INTRODUÇÃO

Em Moçambique, conforme destacado por Nhaminga (2010), muitos institutos públicos aplicam duas formas de contabilidade, sendo a contabilidade pública e a contabilidade financeira. A contabilidade pública segue o princípio de caixa, enquanto a contabilidade financeira segue o princípio de acréscimo. O dilema

surge na contabilização de custos e receitas, onde há divergências entre a aplicação desses dois princípios contabilísticos.

O processo evolutivo e de inovações tecnológicas da sociedade exigem uma nova gestão que garanta a prestação do serviço público de acordo com as novas necessidades que surgem aos cidadãos. Dai que, entender a contabilidade dentro da iniciativa pública, mostra-se como uma alternativa rentável à sociedade, uma vez que o corte de gastos resumir-se-ia ao mal gasto e não a cortes lineares, quase que indiscriminados nos investimentos, prejudicando a população (MATOS, 2015).

Enquanto na iniciativa privada o controlo é imposto pelo empresário, na administração pública é uma exigência legal, que é cumprida muitas vezes de maneira equivocada. Isto pode ser explicado devido à ausência de trabalhos técnicos ou existências de trabalhos mal concebidos, sobre contabilidade, o que leva o gestor a interpretar de diferentes formas o controlo e sua finalidade, muitas vezes burocratizando ou distorcendo sua verdadeira função (NHAMINGA, 2010).

Nesta conformidade o presente trabalho tem como objectivo fundamental analisar o contributo da aplicação do Princípio de Acréscimo nas contas dos Institutos Públicos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Fundamentação Teórica

A contabilidade pública é de suma importância para a gestão pública, pois permite avaliar os gastos e investimentos realizados pelos governos, além de fornecer informações para a tomada de decisão. No entanto, a adoção da base de caixa na contabilidade pública pode gerar distorções e dificultar a avaliação precisa da situação financeira dos institutos públicos. A contabilidade financeira, por sua vez, utiliza o princípio de acréscimo, que reconhece receitas e despesas no momento em que são realizadas, independentemente de quando ocorre o recebimento ou pagamento.

Correlacionando as perspectivas de alguns autores como Silva (2010) e Teixeira (2000) com os objectivos específicos do estudo tem-se o seguinte:

Silva (2010) ressalta que a aplicação rigorosa do Princípio de Acréscimo é essencial para mensurar adequadamente as receitas e despesas das instituições públicas, fornecendo uma visão precisa da situação financeira da organização. Ele enfatiza a relevância de procedimentos contabilísticos sólidos para uma gestão financeira eficiente, e apoia a importância da contabilidade para a gestão financeira eficiente, afirmando que a aplicação

rigorosa do Princípio de Acréscimo fornece informações relevantes e precisas para a tomada de decisões estratégicas.

Enquanto Teixeira (2000), em sua abordagem crítica, destaca que a aplicação estrita do Princípio de Acréscimo pode gerar distorções nas informações contabilísticas, o que pode afetar a compreensão da realidade financeira da ARA-Sul. Ao apresentar uma visão crítica, ressalta que é necessário considerar possíveis limitações do Princípio de Acréscimo para uma gestão financeira eficiente. Isso sugere que uma abordagem cuidadosa é essencial para garantir que as informações contabilísticas sejam relevantes para a gestão.

Entretanto, Moraes (2007) destaca a relevância do Princípio de Acréscimo para garantir a transparência nas demonstrações financeiras das instituições públicas. Por outro lado, refere que a” aplicação adequada do Princípio de Acréscimo é fundamental para evitar manipulações contabilísticas e garantir a confiabilidade das informações”.

Ao analisar as perspectivas dos autores em relação aos objectivos específicos da pesquisa, é possível obter contributos valiosos sobre a aplicação do Princípio de Acréscimo na ARA-Sul durante o período estudado. Essa análise ajudará a compreender como a instituição

geriu seus recursos financeiros, considerando as abordagens contabilísticas adotadas e as possíveis implicações disso para a gestão eficiente.

A missão da contabilidade é a de fornecer aos gestores, de todos os níveis, informações para a tomada de decisão, relatos que venham auxiliar o controlo dos processos, com objectivo de alcançar as metas estabelecidas e resguardar os interesses da organização, colaborando na definição de suas responsabilidades, fornecendo análises, apreciações, recomendações, pareceres e acima de tudo, informações relativas às actividades examinadas, propiciando, assim, um controlo efectivo a um custo razoável (MARTINS E MORAIS, 2003, p.18). Partindo deste procuraremos saber até que ponto a aplicação do Princípio de Acréscimo contribuiu para a gestão eficiente dos recursos financeiros da ARA-Sul, no período 2018 a 202.

2.2 Amostra

A amostra selecionada para o presente estudo foi por sete funcionários, do total de 20 que compunha o quadro dos sectores da Direcção de Administração e Finanças (DAF), dos quais dois eram Gestores/ Directores; e cinco) Técnicos da DAF, da ARA-Sul. E para facilitar a recolha de dados a amostra foi distribuída em

categorias conforme reporta a tabela abaixo. A escolha dos sujeitos da amostra foi realizada com base nos seguintes critérios: i) ser funcionário efectivo da instituição ii) ser gestor na empresa e iii) estar a trabalhar na DAF.

Tabela 1: *Distribuição da amostra*

Categorias	População representativa	Nº de indivíduos por categoria
A	Gestores / Directores	2
B	Técnicos da (DAF)	5
TOTAL		7

Fonte:

2.3 Instrumento de Recolha de Dados

A técnica de recolha de dados usada foi a aplicação do inquérito por questionário de perguntas fechadas.

A revisão da literatura, realizada para este estudo, foi a base de orientação para a elaboração do inquérito por questionário. Por outro lado, o questionário foi escolhido, por ser um instrumento económico, confiável e amplamente utilizado para coletar informações relevantes de pesquisa (COHEN, MANION & MARRISON, 2007) de um grande número de indivíduos que respondem a perguntas idênticas. Finalmente, questionários apresentam maior uniformidade, consistência e objectividade na coleta de dados (NEELANKAVIL, 2007).

O inquérito por questionário incluiu uma série de perguntas estruturadas, que abordam tópicos relevantes relacionados à

aplicação do Princípio de Acréscimo nas actividades contabilísticas da ARA-Sul. As perguntas foram formuladas de maneira clara e directa para garantir que os sujeitos da amostra compreendessem as questões.

2.4 Procedimentos de Análise de Dados

Visto que a presente pesquisa compreende uma abordagem quantitativa, e que após a elaboração e submissão do questionário, as respostas foram recolhidas e depositadas numa base de dados. Na presente investigação, optou-se pela utilização da base de dados em Excel, facilitando assim o tratamento da informação.

Considerando também a natureza dos dados coletados foram analisados quantitativamente por meio de percentagens. Percentagem é a razão entre um número e 100, e essa razão foi representada pelo símbolo %. Portanto a razão representa partes (resultados obtidos) de algo inteiro (para este estudo, algo inteiro é o número total da amostra).

2.5 Procedimentos Éticos

Todos os sujeitos, que constituíram a amostra do estudo, foram informados sobre os procedimentos de recolha de dados, dos objectivos da pesquisa, dos riscos esperados e da importância dos resultados. Por outro lado, um termo de consentimento livre informado foi assinado por todos eles, no qual afirmaram que estavam cientes e de acordo com os procedimentos. Os respondentes receberam ainda garantia de anonimato e

confidencialidade dos dados e também foram informados do caráter voluntário do processo de coleta de dados.

2.6 RESULTADOS E

DISCUSSÃO

Na tabela 2 são apresentados os resultados da aplicação do inquérito por questionário aos gestores e colaboradores da DAF a empresa Ara-Sul.

Tabela 2: Resultados obtidos a partir da aplicação do inquérito por questionário.

Nº	Questão	Resposta				Total
		Sim	%	Não	%	
1	Recebeu treinamento sobre a aplicação do Princípio de Acréscimo na contabilização das despesas?	2	28.6	5	71.4	7
2	A aplicação do Princípio de Acréscimo foi importante para a gestão financeira da ARA-Sul?	6	85.7	1	14.3	7
3	Houve impacto da contabilização inadequada das despesas na gestão financeira da Ara-Sul?	6	85.7	1	14.3	7
4	A Ara-Sul tinha políticas e procedimentos claros sobre a contabilização das despesas?	4	57.1	3	42.9	7
5	Existiam critérios para classificar as despesas na Ara-Sul?	5	71.4	2	28.6	7
6	A Ara-Sul teve algum mecanismo para monitorar a aplicação do Princípio de Acréscimo na contabilização das despesas?	4	57.1	3	42.9	7
7	O sector de contabilidade na Ara-Sul desempenhava um papel importante?	6	85.7	1	14.3	7
8	Qual foi o período mínimo para o registo de uma despesa no sistema contabilístico da Ara-Sul?	3	42.9	4	57.1	7
9	A Ara-Sul realizava a reconciliação bancária regularmente?	4	57.1	3	42.9	7
10	A avaliação da eficácia da aplicação do Princípio de Acréscimo na contabilização das despesas na Ara-Sul era feita com base em critérios?	3	42.9	4	57.1	7

Fonte:

Sobre a questão se “*Recebeu algum treinamento sobre a aplicação do Princípio de Acréscimo na contabilização das despesas?*”, 28.6%, dos inqueridos, correspondendo ao número de 2, disseram que sim, contrariamente a 71.4 % que disse não. Estes resultados mostram que a maioria dos funcionários ainda não foi treinada nesse princípio contabilístico essencial. Isso pode indicar uma lacuna de conhecimento dentro da equipa em relação a esse conceito financeiro importante, o que podia ter afectado a precisão e a eficácia da

contabilidade da empresa. Portanto, é sugerido que a empresa considere investir em treinamento para melhorar o entendimento e a aplicação do Princípio de Acréscimo entre seus funcionários.

Questionados se “*a aplicação correta do Princípio de Acréscimo foi importante para a gestão financeira da ARA-Sul?*”, a maioria dos funcionários (85.7%) concordou que a aplicação do Princípio de Acréscimo foi importante para a gestão financeira da empresa, enquanto 14.3%, dos inqueridos mostrou-se

Onde nasce a ciência

discordante. Estes resultados revelam que a maioria esmagadora dos funcionários, concorda que a aplicação do Princípio de Acréscimo foi importante para a gestão financeira da empresa. Isso sugere que a equipa reconhece a relevância desse princípio contabilístico para garantir uma gestão financeira sólida e precisa. Este resultado vai de acordo com Silva (2010), quando destaca a importância do princípio de acréscimo na contabilidade como uma ferramenta para mensurar a performance financeira das organizações públicas, pois a aplicação rigorosa do princípio de acréscimo permite uma visão mais precisa da situação financeira da instituição, o que pode facilitar a tomada de decisões estratégicas. Por outro lado, os resultados do presente estudo corroboram com os de Nakamura Oliveira e Muller (2000) quando “afirmam que os princípios contábeis precisam ser exercidos por todos que trabalham nessa área, pois para que o profissional tenha um bom desenvolvimento em sua atividade é fundamental que tenha ciência dos conceitos dos princípios contábeis, para que assim possa haver uma avaliação, um registo e uma mensuração com eficácia”. Apenas 14.3% mostraram discordância, o que pode ser atribuído a diferentes percepções ou falta de compreensão sobre o impacto desse princípio. Essa concordância da maioria indica que havia um apoio

significativo à utilização adequada do Princípio de Acréscimo na contabilização das despesas na ARA-Sul. Isso pode ser interpretado como um sinal positivo de conscientização da equipa sobre a importância da contabilidade precisa e da gestão financeira eficaz para o sucesso da empresa. Portanto, esses resultados destacam a necessidade de continuar a enfatizar e promover a aplicação correta desse princípio contabilístico entre os funcionários para manter e melhorar a gestão financeira da ARA-Sul.

Com relação a questão *se “Qual foi o impacto da contabilização inadequada das despesas na gestão financeira da ARA-Sul?”*. Houve uma alta concordância entre a maioria dos funcionários, ou seja, 85.7%, correspondendo a 6, de que a contabilização inadequada das despesas podia ter um impacto negativo na avaliação da saúde financeira da empresa, problemas com auditorias financeiras e tomada de decisão, reflete uma compreensão sólida da equipa sobre as implicações negativas de uma contabilidade inadequada. A avaliação da saúde financeira da empresa era crucial para os *stakeholders*, incluindo investidores, credores e gerentes, pois influencia directamente a confiança e a credibilidade da empresa. Além disso, problemas com auditorias financeiras podiam resultar em penalidades legais e financeiras, bem como na perda de

confiança por parte dos acionistas e reguladores. Julgamos que a tomada de decisão é um aspecto essencial da gestão financeira, e informações imprecisas devido à contabilização inadequada das despesas podem levar a escolhas erradas e prejuízos financeiros. Portanto, os funcionários reconhecem a importância de uma contabilidade precisa para garantir a saúde financeira e a integridade da empresa, e esses resultados sugerem a necessidade de manter padrões rigorosos de contabilidade para evitar tais impactos negativos.

Na questão sobre a “*existência de políticas e procedimentos claros sobre a contabilização das despesas na ARA-Sul*”, 57.1% dos inquiridos concordaram que essas políticas existiam, enquanto 42.9% discordaram. Isso sugere que existia uma divisão de opiniões sobre a clareza das políticas contabilísticas da empresa, indicando uma possível necessidade de tornar essas políticas mais compreensíveis e acessíveis a todos os funcionários. O resultado do presente estudo vai de acordo com Ferreira (2016) quando este sugere a importância de se definirem políticas contabilísticas que seguem o Princípio de Acréscimo, garantindo que as transações sejam reconhecidas no momento apropriado. Por outro lado, este resultado indica que a maioria dos funcionários estava ciente das políticas contabilísticas, o

que é positivo porque assegurava que todos estavam alinhados com as práticas contabilísticas da empresa.

Sobre a “*existência de critérios para classificar as despesas*”, 71.4% dos inquiridos concordaram, enquanto 28.6% discordaram. Critérios claros foram fundamentais para garantir que as despesas fossem classificadas de forma consistente, contribuindo para uma contabilidade precisa. A concordância de 71.4% dos inquiridos, quanto à existência de critérios para classificar as despesas, revelou um reconhecimento maioritário da importância dessa prática. Este resultado refletiu a percepção de que critérios claros foram fundamentais para assegurar uma classificação consistente das despesas, contribuindo diretamente para a precisão na contabilidade. Os 28.6% que discordaram, indicaram possíveis lacunas ou divergências na compreensão dos critérios existentes ou na sua aplicação. Uma análise mais aprofundada dessas respostas poderia ter fornecido contributos valiosos sobre as áreas específicas de preocupação ou desconhecimento. A presença de critérios bem definidos não apenas facilitou a contabilidade precisa, mas também promoveu a transparência e a conformidade com padrões regulatórios. A falta de critérios claros poderia ter resultado em interpretações inconsistentes, levando a

distorções na avaliação financeira. Consequentemente, os resultados sugeriram a necessidade de reforçar a comunicação e a compreensão dos critérios existentes, buscando esclarecer eventuais dúvidas e promover uma aplicação uniforme. Esta abordagem poderia ter contribuído significativamente para aprimorar a qualidade da contabilidade e fortalecer a gestão financeira da ARA-Sul.

Na questão sobre a “*avaliação da eficácia da aplicação do Princípio de Acréscimo com base em critérios*”, 42.9% concordaram, enquanto 57.1% discordaram. Essa discordância sugeriu que havia espaço para tornar o processo de avaliação mais claro e consistente. Os 42.9% que concordaram podem ter percebido uma clareza e consistência na aplicação do princípio de acréscimo, indicando possíveis pontos positivos no processo. No entanto, a maioria, que representa 57.1%, discordou, sugerindo que uma parcela significativa dos inquiridos percebeu deficiências ou falta de transparência na avaliação da aplicação desse princípio. Essa disparidade apontava para a necessidade de uma revisão mais detalhada do processo de avaliação da aplicação do princípio de acréscimo. Devia-se considerar a implementação de critérios mais claros e mensuráveis, a fim de garantir uma avaliação mais consistente e compreensível para todos os envolvidos.

Melhoraria a eficácia na aplicação desse princípio, não apenas promoveria uma contabilidade mais precisa, mas também fortaleceria a confiança dos *stakeholders* na integridade das práticas contabilísticas da ARA-Sul. Assim, os resultados destacaram a importância de abordar as preocupações levantadas pelos 57.1% que discordaram, visando aprimorar a transparência e a eficácia do processo de aplicação do princípio de acréscimo.

Relativamente ao “*papel do sector de contabilidade na empresa*”, 85.7% dos inquiridos concordaram que era importante, enquanto 14.3% discordaram. Isso sublinha a relevância do departamento de contabilidade no suporte às operações financeiras da empresa. A concordância de 85.7% refletiu a compreensão de que o sector de contabilidade desempenhou um papel crucial na gestão e na monitorização das transações financeiras, na preparação de relatórios precisos e na manutenção da conformidade com normas contabilísticas e regulamentações. Isso destacou a percepção da equipa sobre como o departamento de contabilidade influenciou directamente a integridade e a transparência das práticas financeiras da empresa. Os 14.3% que discordaram podem indicar uma minoria que talvez não percebia completamente a extensão ou a importância das funções desempenhadas pelo sector de contabilidade. Esta discordância sugeriu a

possibilidade de necessidade de comunicação ou esclarecimento sobre o papel crucial que a contabilidade deve desempenhar no suporte às operações financeiras e na tomada de decisões estratégicas da empresa. Portanto, os resultados ressaltaram a necessidade de continuar enfatizando a importância do sector de contabilidade, não apenas como um componente administrativo, mas como uma peça fundamental para a saúde financeira e o sucesso global da empresa. Isso contribuiu para uma compreensão mais abrangente e alinhada entre todos os membros da organização.

Em relação ao “*período mínimo para o registo de despesas no sistema contabilístico*”, 42.9% concordaram com o período”, enquanto 57.1% discordaram. A discordância pode apontar para a necessidade de estabelecer um prazo claro e uniforme para a contabilização de despesas. Os 42.9% que concordaram podem ter percebido o período estabelecido como adequado, eficiente ou alinhado com as necessidades operacionais. No entanto, a maioria discordante, representando 57.1%, indica que uma parcela significativa dos participantes considerou o período mínimo atual como insuficiente, inadequado ou inconsistente com as práticas desejadas. Essa discordância pode originar problemas como a falta de precisão nas informações

contabilísticas, impactando a tomada de decisões e a avaliação da saúde financeira da empresa. A ausência de um prazo claro pode levar a inconsistências nos registos contabilísticos, comprometendo a integridade do sistema contabilístico. Assim, os resultados sugerem a necessidade de uma revisão do período mínimo estabelecido para o registo de despesas. Estabelecer um prazo claro e uniforme pode contribuir para uma contabilidade mais precisa, garantindo que as despesas sejam registradas de maneira consistente e oportuna. Essa abordagem não apenas melhora a eficiência do processo contábil, mas também fortalece a confiabilidade das informações financeiras disponíveis para a gestão e os *stakeholders* da empresa.

Sobre a “*reconciliação bancária regular*”, 57.1% concordaram que a empresa a realizava, enquanto 42,9% discordaram. Isso demonstra que havia uma prática financeira sólida, mas a discordância destaca a importância de garantir que a reconciliação fosse realizada de forma consistente. A concordância refletiu a compreensão da maioria sobre os benefícios da reconciliação bancária regular, incluindo a identificação de discrepâncias, a prevenção de erros e a manutenção da integridade das transações financeiras. No entanto, a discordância destacou que uma parte significativa dos

inquiridos poderia ter percebido lacunas ou irregularidades na implementação dessa prática. Essa discordância ressaltou a importância de estabelecer procedimentos claros e uniformes para a reconciliação bancária, garantindo sua execução consistente ao longo do tempo. Uma reconciliação irregular resultaria em falhas na detecção de erros ou fraudes, comprometendo a precisão dos registos financeiros e, conseqüentemente, a tomada de decisões informada. Portanto, os resultados sugeriram a necessidade de uma revisão dos processos de reconciliação bancária, visando garantir uma prática sistemática e abrangente. Isso não apenas reforçaria a confiabilidade dos registos contabilísticos, mas também contribuiria para a sustentação de uma gestão financeira sólida e transparente na empresa.

Na última questão sobre a “avaliação da eficácia com base em critérios”, 42.9% concordaram, enquanto 57.1% discordaram. Sugere que fosse benéfico estabelecer critérios de avaliação mais claros e uniformes para medir a eficácia da aplicação do Princípio de Acréscimo na contabilização de despesas na ARA-Sul. Na questão sobre a “avaliação da eficácia com base em critérios”, a discordância, expressada por 57.1% dos inquiridos, sugeriu uma falta de consenso quanto à eficácia da aplicação do Princípio de Acréscimo na contabilização de

despesas. Essa divergência destacou a necessidade de estabelecer critérios de avaliação mais claros e uniformes. Os 42.9% que concordaram, podem ter percebido que os critérios existentes eram adequados ou compreensíveis. No entanto, a maioria discordante indica que uma parcela significativa dos participantes considerou os critérios de avaliação como insuficientes, vagos ou inconsistentes. Essa discordância resalta a importância de desenvolver critérios de avaliação mais precisos e transparentes para medir a eficácia da aplicação do princípio de acréscimo. Critérios claros não apenas facilitariam uma avaliação mais consistente, mas também forneceriam uma base objectiva para melhorar as práticas contabilísticas, promovendo a transparência e a confiança nas informações financeiras. Assim, os resultados ilustraram a necessidade de uma revisão e aprimoramento dos critérios de avaliação existentes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Princípio de Acréscimo é um conceito fundamental na contabilidade que estabelece que as receitas e despesas devem ser reconhecidas no período em que são geradas, independentemente de quando o dinheiro é efetivamente recebido ou pago. Isso significa que as transações devem ser registadas no momento em que são

incursas, refletindo a verdadeira natureza econômica das operações financeiras de uma entidade.

Assim, o objectivo fundamental, do trabalho, foi de analisar o contributo da aplicação do Princípio de Acréscimo na ARA-Sul, no período de 2018 a 2022.

Do estudo realizado, pode-se concluir que a aplicação do Princípio de Acréscimo nas contas da ARA-Sul, durante o período de 2018 a 2022, revelou uma importância fundamental da aplicação deste princípio na contabilidade dos institutos públicos em Moçambique. Por outro aldo, a aplicação adequada do Princípio de Acréscimo contribuiu para a gestão eficiente dos recursos financeiros da instituição, e mostrou-se essencial para garantir a transparência, precisão e eficácia na gestão financeira da ARA-Sul.

Igualmente, os resultados refletem e enaltecem a compreensão dos sujeitos sobre os benefícios da aplicação correta do Princípio de Acréscimo, que vai além da conformidade contabilística. Essa aplicação afetou positivamente na tomada de decisões, na eficiência da gestão financeira e a precisão contabilístico, contribuindo para o sucesso financeiro e operacional da ARA-Sul.

Deste modo, julgamos interessante a necessidade de um compromisso contínuo com a aplicação rigorosa do Princípio de

Acréscimo, não apenas na ARA-Sul, mas também em outros institutos públicos moçambicanos. Isso contribuirá para uma gestão financeira mais eficiente, prestação de contas aprimorada e um melhor uso dos recursos públicos.

REFERÊNCIAS

- COHEN, L., MANION, L., & MARRISON, K. *Research methods in education* (6th ed.). New York, NY: Routledge, 2007.
- MATOS, N. *Histórico da Contabilidade Pública em Moçambique*. 3. ed. Maputo: Editora Escolar, 2015.
- MORAIS, G.; MARTINS, I. *Contabilidade: Funções e Processos*. 3ª ed. Áreas editora. Lisboa; 2007. 18 p.
- NEELANKAVIL, J. *International business research*. New York, NY: M. E. Sharpe, 2007.
- NHAMINGA, O. *A Emergência da Contabilidade Pública em Moçambique*. 1ª Ed. Maputo: Áreas Editora, 2010.
- OLIVEIRA, A.; MÜLLER, A. e NAKAMURA, W. *A Utilização das Informações Geradas pelo Sistema de Informação Contábil como Subsídio aos Processos Administrativos nas Pequenas Empresas*. Curitiba, 2000.
- SILVA, E. P. *Manual de Contabilidade*. Lisboa: Rei dos Livros, 2010.

Graziano, N.; Manjate, I.; Massalongo, D. & Simbine, F. (2025). *Análise do contributo da aplicação do princípio de acréscimo nas contas dos institutos públicos moçambicanos: um estudo da ara-sul no período de 2018 a 2022*.

TEIXEIRA, C. “POCAL: O Sistema de Contabilidade” Coimbra; Editor de Publicações, Lda, 2000.

TEIXEIRA, Correia. “*POCAL: O Sistema de Contabilidade*” Coimbra; Editor de Publicações, Lda, 2000.

(MPME) n.º 30/11 de 13 de Setembro.
Luanda, 2011.

BARTH, Lin & yost. **Small and Medium Enterprise Financing in Transition Economies**. Atlantic Economie Jounarl 39, pp. 19-38. (2011).

OIT. **O trabalho digno e a economia informal**. Resolução da 90ª Conferência Internacional do Trabalho, Lisboa 2002.

OIT: **Sair da Pobreza**, Relatório do diretor-geral, Conferência Internacional do Trabalho, 91ª Sessão, Genebra, 2003



ALBA®

ISFIC RESEARCH AND SCIENCE JOURNAL